



**MINAS
GERAIS**

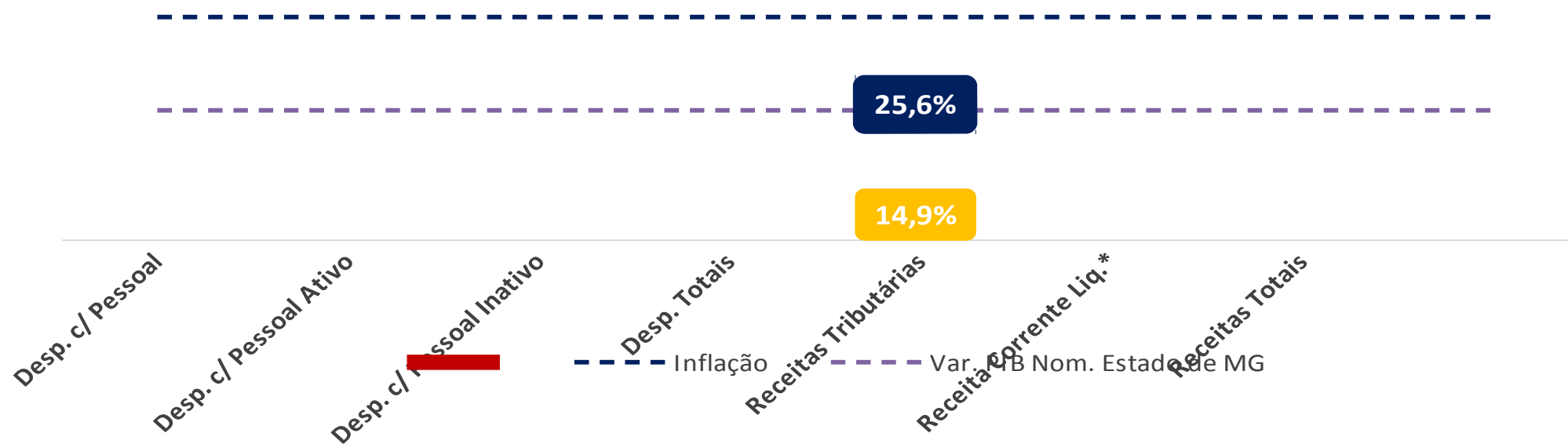
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEF

A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

EVOLUÇÃO RECEITAS X DESPESAS 2014 - 2018

De 2014 a 2018 as despesas com pessoal inativo **cresceram mais que o dobro** do que as com pessoal ativo. Além disso, o aumento das despesas totais superaram a evolução das receitas, PIB e inflação no período.

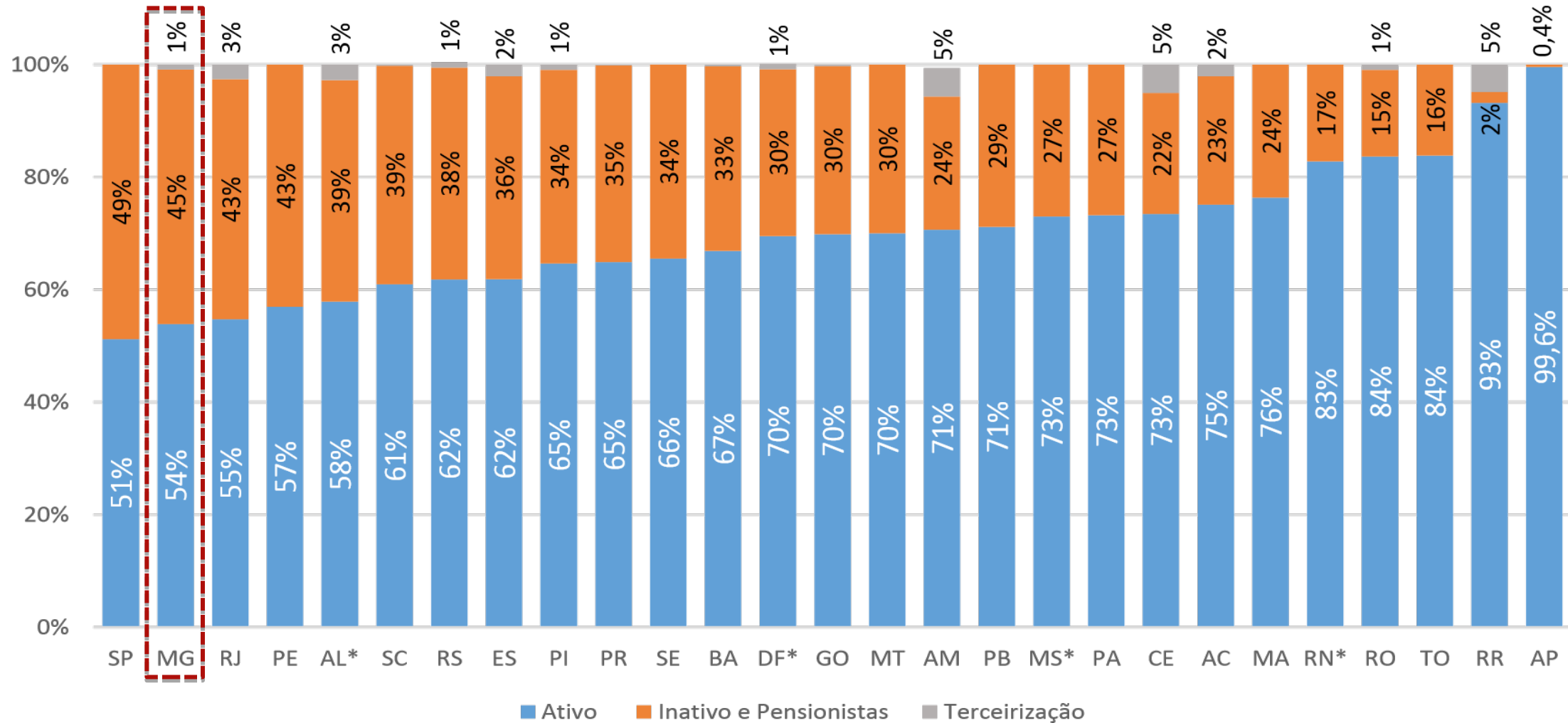


- **Crescimento das despesas** totais superior ao crescimento das receitas totais (**11,3 p.p.**), inflação (**10,8 p.p.**) e PIBn (**21,5 p.p.**).
- Destaque para as **despesas com inativos**, que superaram em quase duas vezes o crescimento das receitas tributárias (**26,8 p.p.**).
- O crescimento da receita corrente líquida foi negativamente afetada pelo baixo crescimento das transferências da União e pela redução das receitas obtidas com dividendos das empresas estatais e alugueis (**-23,2%**).

COMPOSIÇÃO DA DESPESA BRUTA COM PESSOAL

COMPARATIVO ESTADOS 2018¹

Minas Gerais

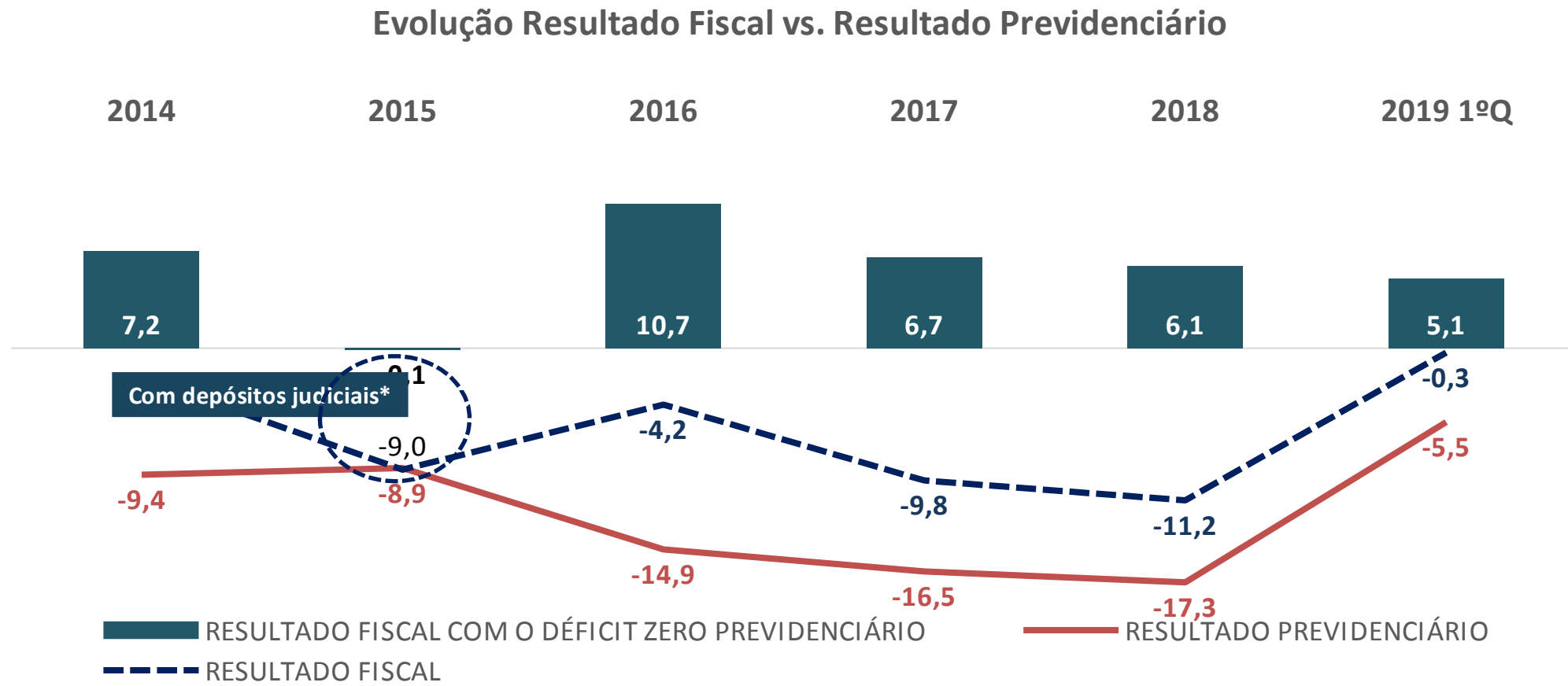


¹ Fonte: RGF em Foco – Estados + DF. 3º Quadrimestre de 2018 – Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Economia

* Estados que não possuem os dados completos de todos os poderes.

RESULTADO FISCAL X RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

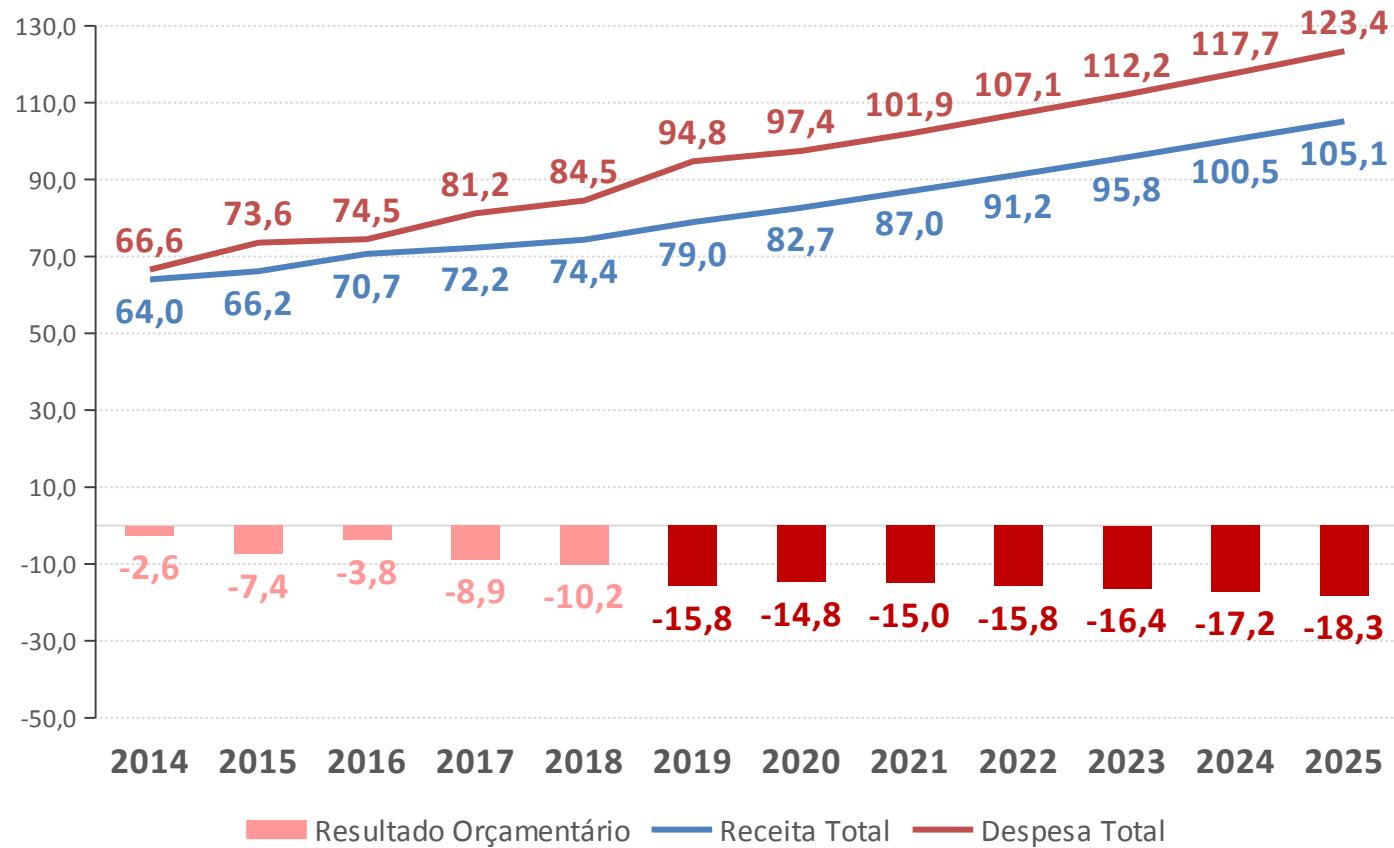
O déficit da previdência é um dos principais responsáveis pela atual situação de insustentabilidade fiscal por qual passa o Estado de Minas Gerais. Sem o déficit previdenciário o Estado seria superavitário em R\$ 6,1 bi em 2018.



*94% dos depósitos judiciais 2015 (Total de R\$4,85 bi)

PROJEÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS 2019-2025 EM R\$ Bi

Cenário BASE



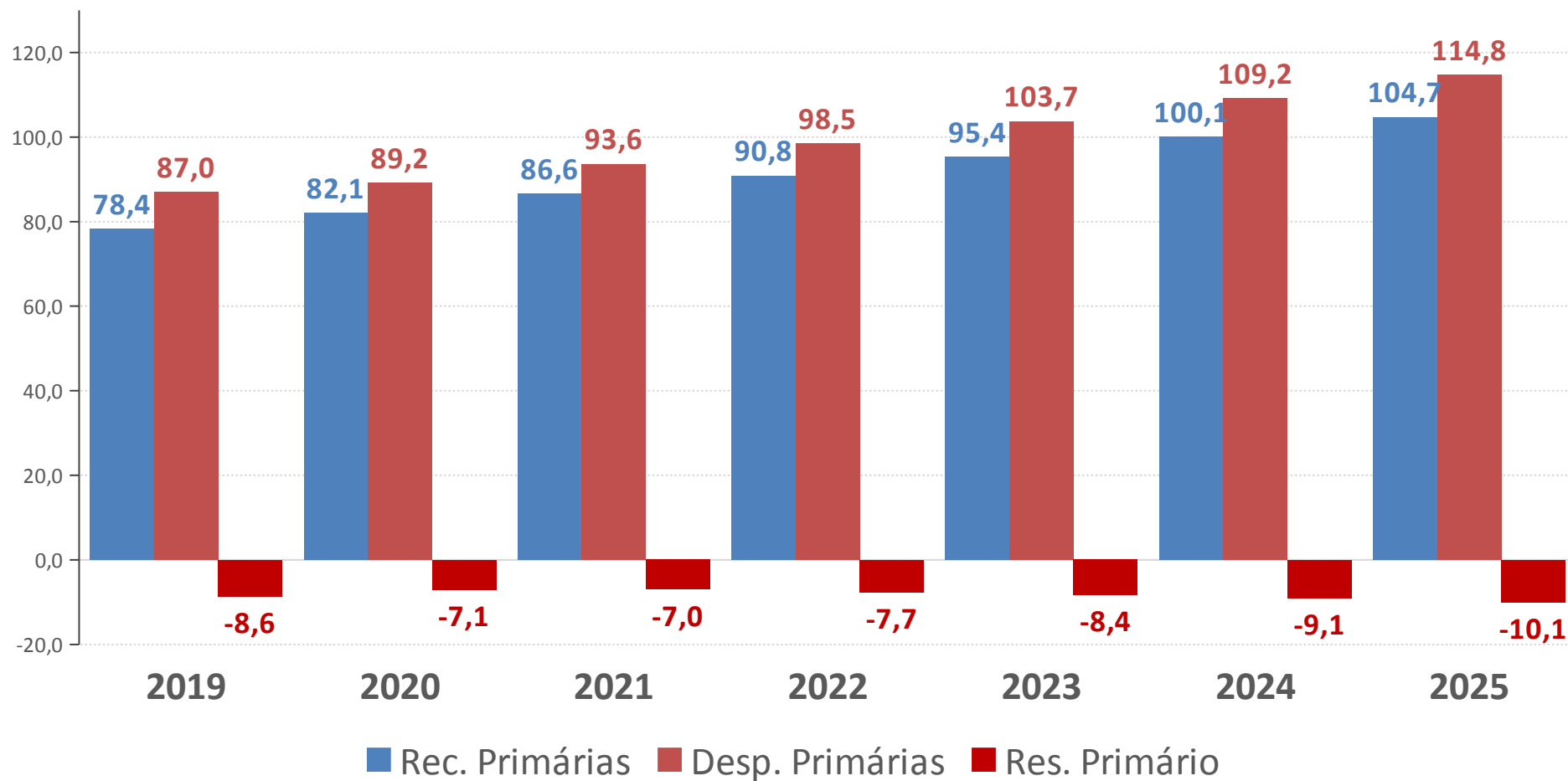
Variação acumulada 2019-2025 (%)		
	Nominal	Real
Receita Total	41,4%	9,0%
Receita Tributária	38,8%	7,0%
Despesa Total	46,0%	12,5%
IPCA estimado: 29,7%		

**Déficit 2019 – 2025
R\$ 113 bilhões**

PROJEÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

2019-2025 EM R\$ Bi

Cenário BASE

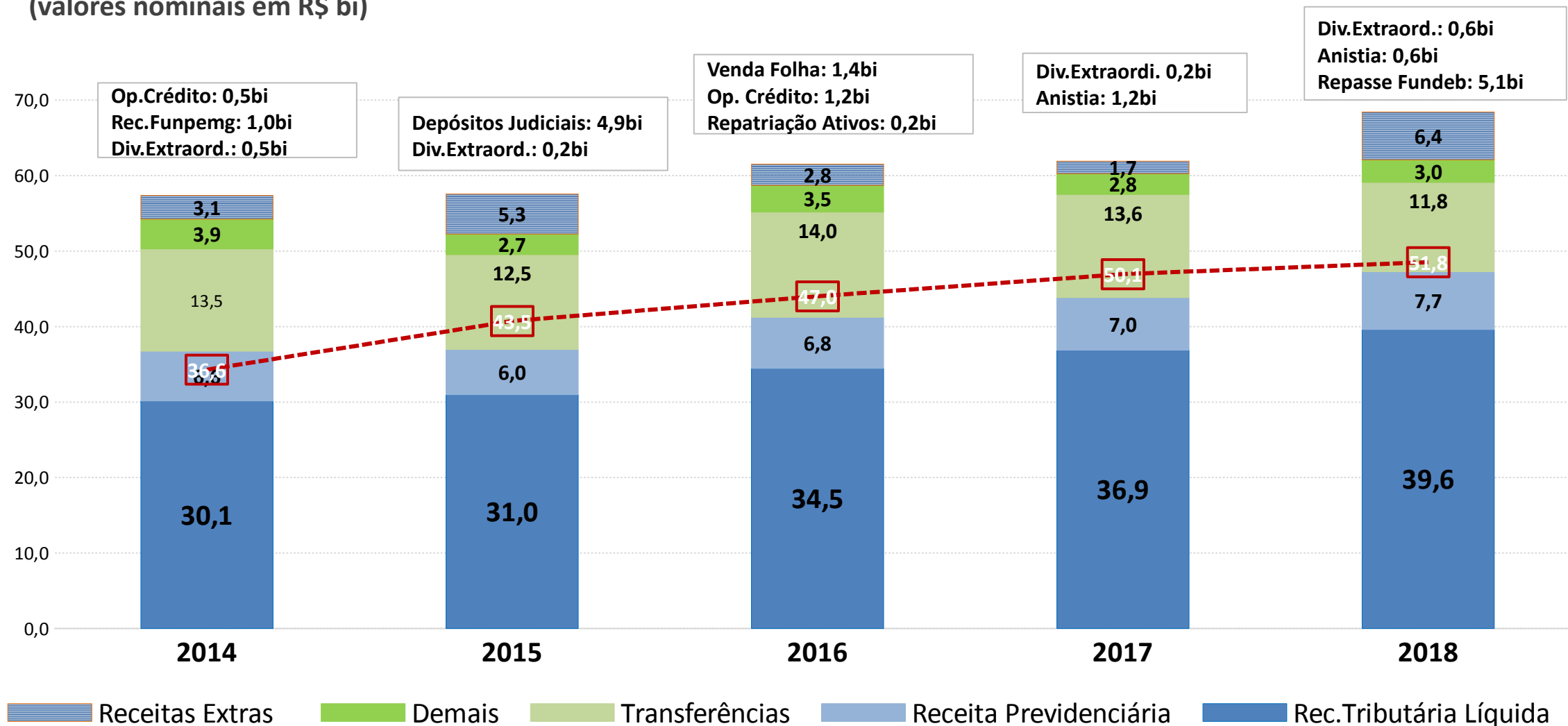


COMO O ESTADO SE FINANCIOU?

FINANCIAMENTO DO DÉFICIT FISCAL

Receitas Extraordinárias

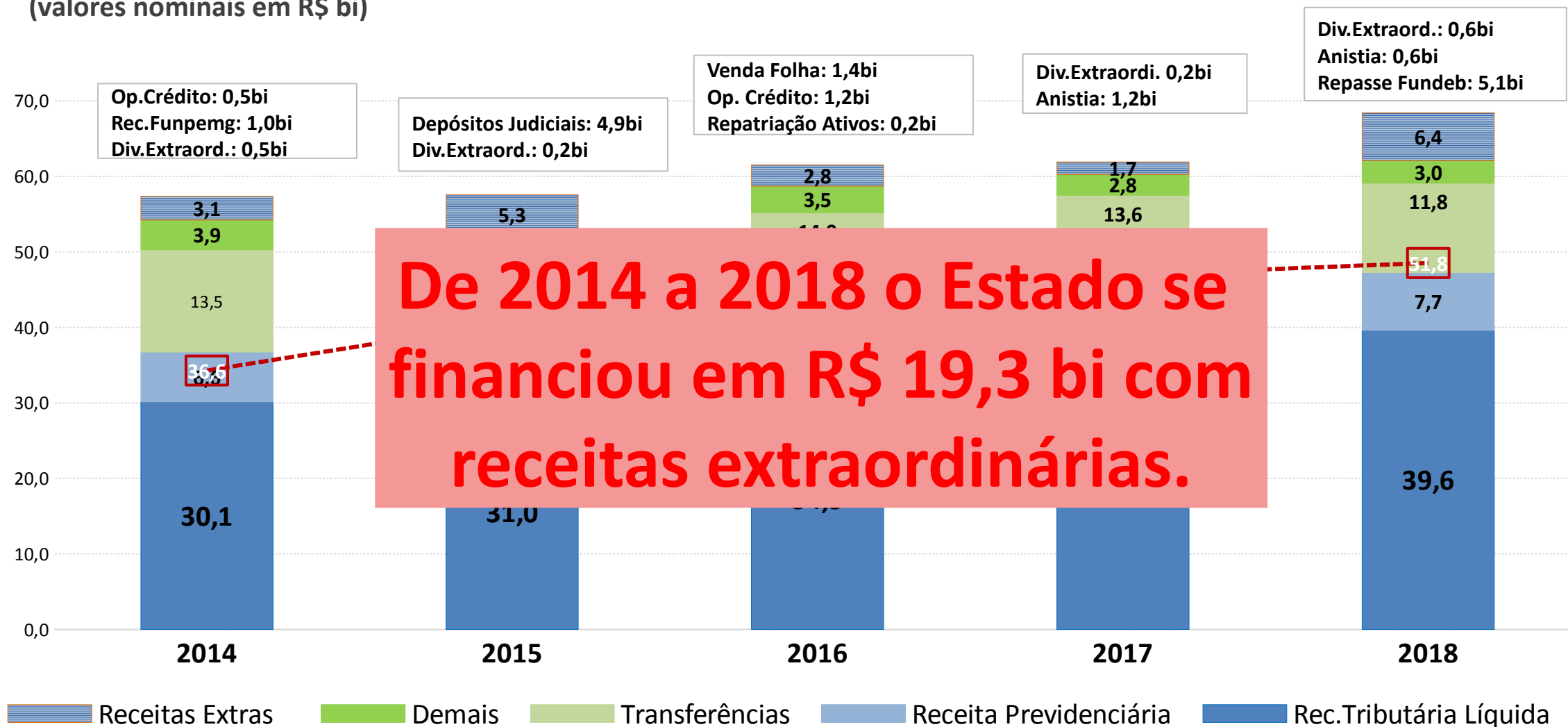
(valores nominais em R\$ bi)



FINANCIAMENTO DO DÉFICIT FISCAL

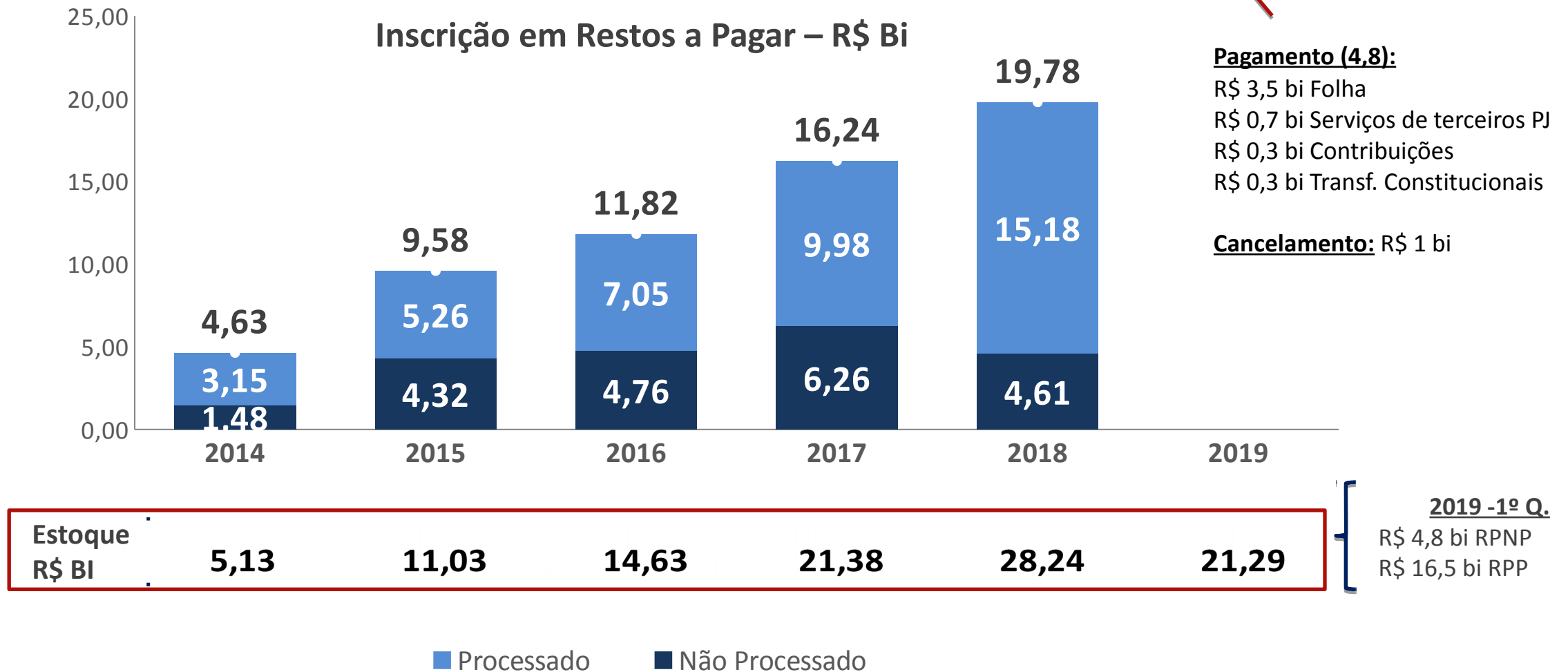
Receitas Extraordinárias

(valores nominais em R\$ bi)

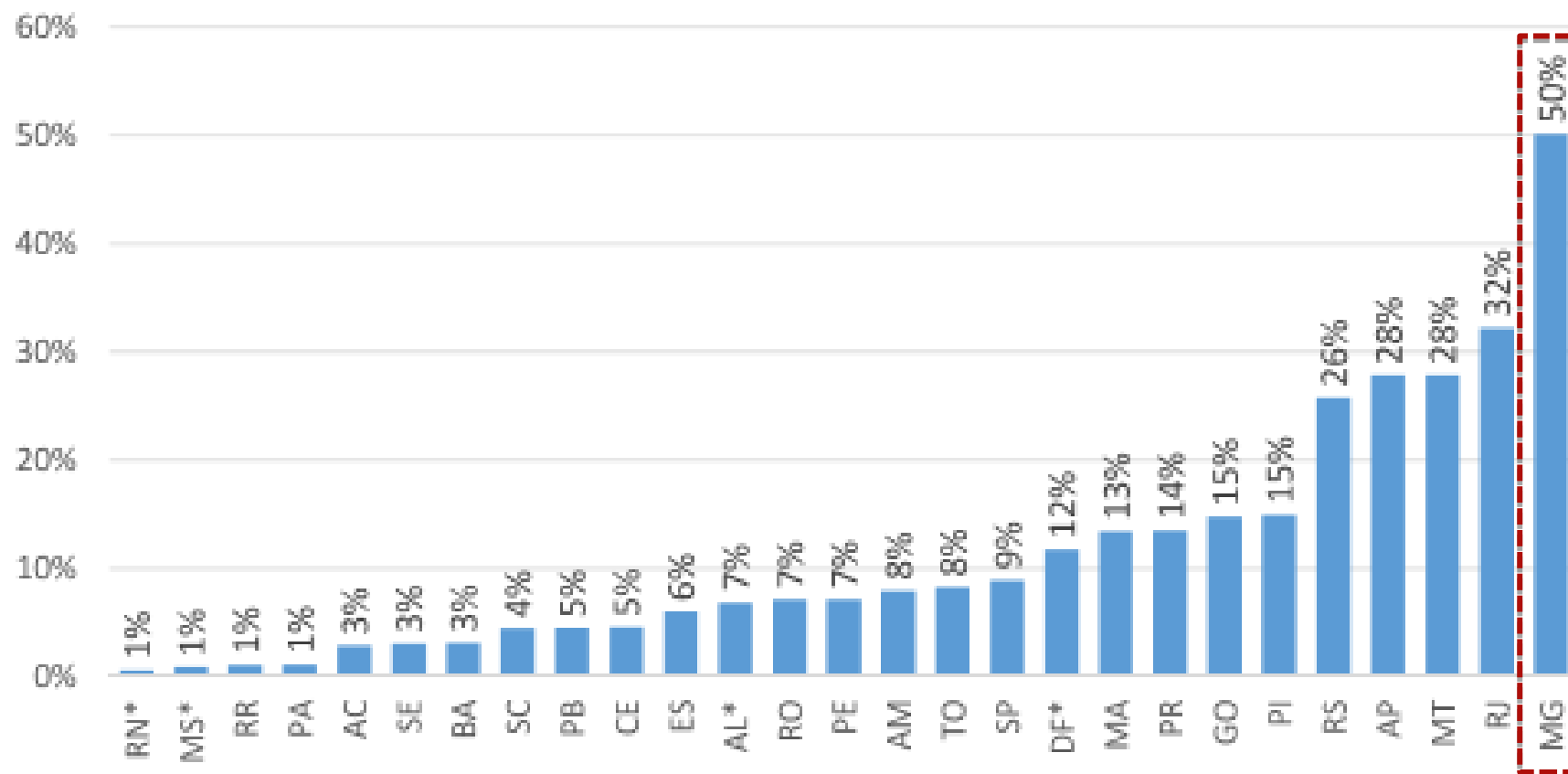


FINANCIAMENTO DO DÉFICIT FISCAL - RESTOS A PAGAR

Em janeiro de 2019 o valor de restos a pagar é de aproximadamente R\$28,2 bi, sendo que deste montante cerca de R\$ 20,0 bi refere-se ao exercício de 2018.



RESTOS A PAGAR EM % DA RCL
COMPARATIVO ESTADOS 2018¹



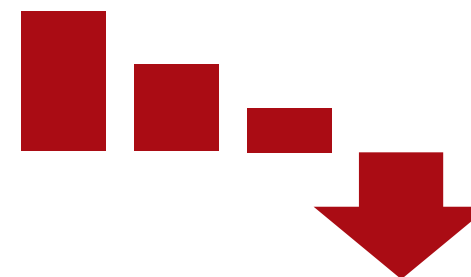
¹ Fonte: RGF em Foco – Estados + DF. 3º Quadrimestre de 2018 – Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Economia

* Estados que não possuem os dados completos de todos os poderes.

FINANCIAMENTO DO DÉFICIT FISCAL – OUTROS PASSIVOS

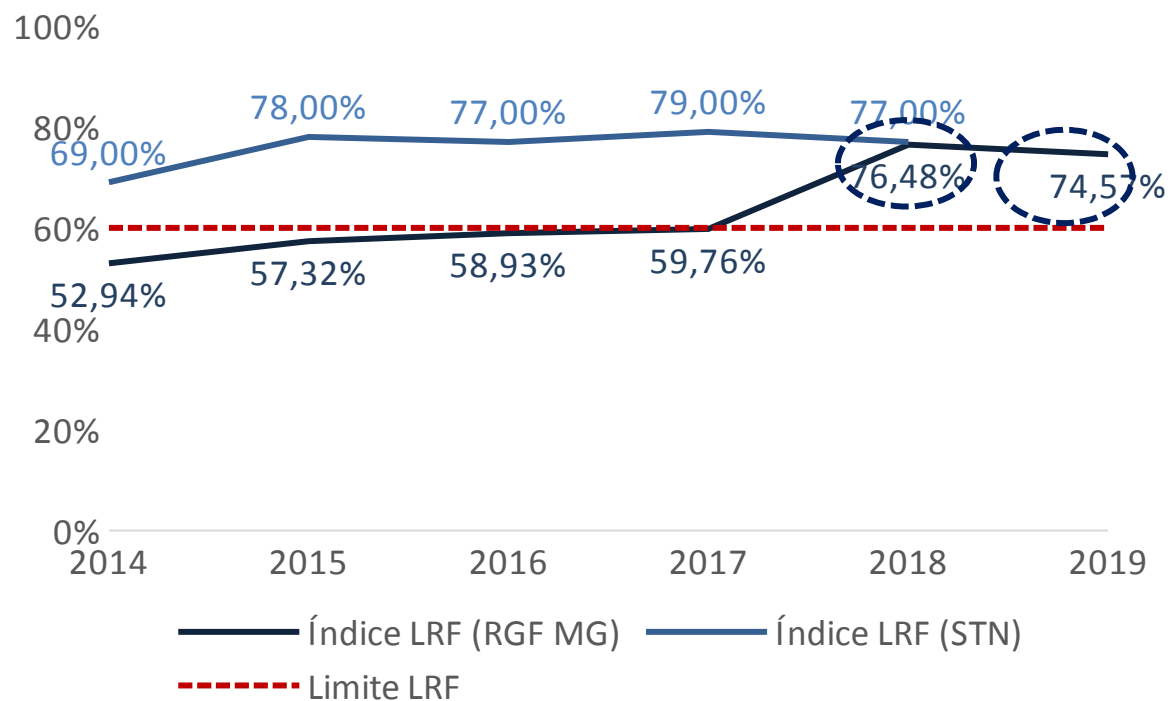
Passivos – situação início de 2019

- Não repasse Fundeb aos Municípios – R\$ 6,3 bilhões – Acordo com AMM
- Saque de Depósitos Judiciais – R\$ 8,2 bilhões
- Precatórios não pagos de 2017 e 2018 – R\$ 570,0 milhões
- Consignações Folha – R\$ 543,2 milhões
- Impostos – R\$ 458,1 milhões
- Não cumprimento dos índices Constitucionais em 2018:
 - Saúde – R\$ 900 milhões
 - Educação – R\$ 1,2 bilhão

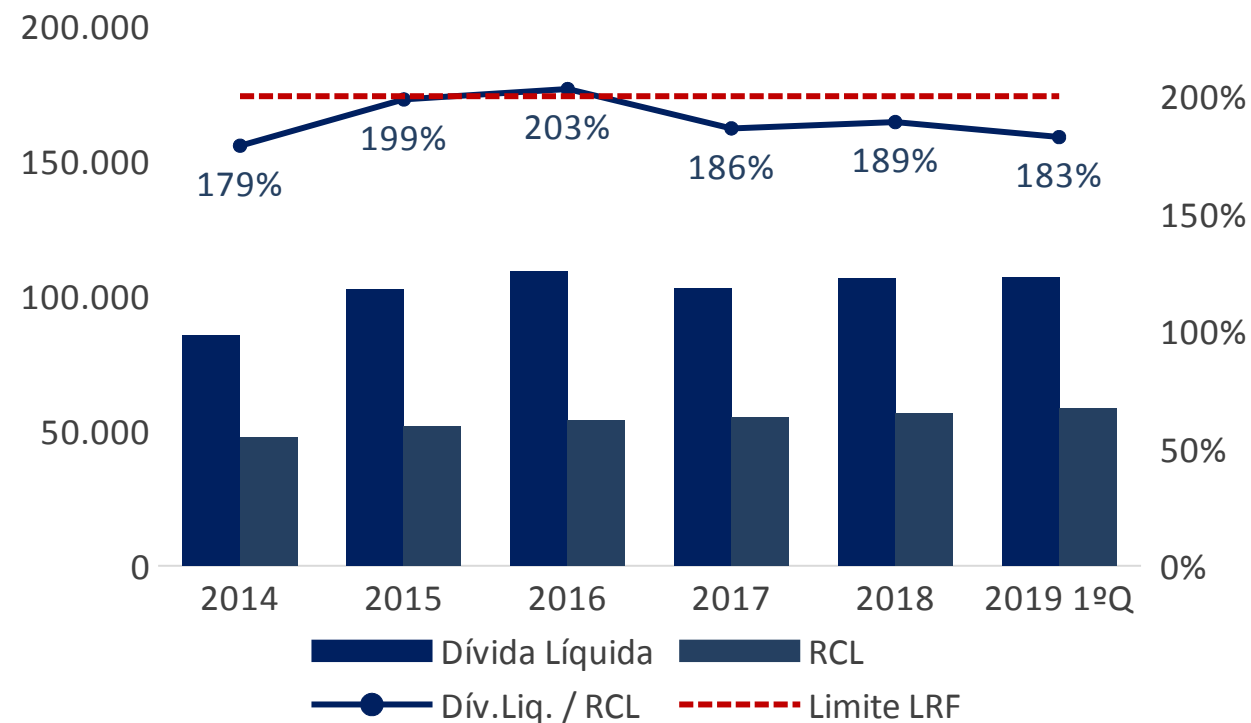


LIMITES DA LRF – PESSOAL E ENDIVIDAMENTO

GASTOS COM PESSOAL¹



ENDIVIDAMENTO

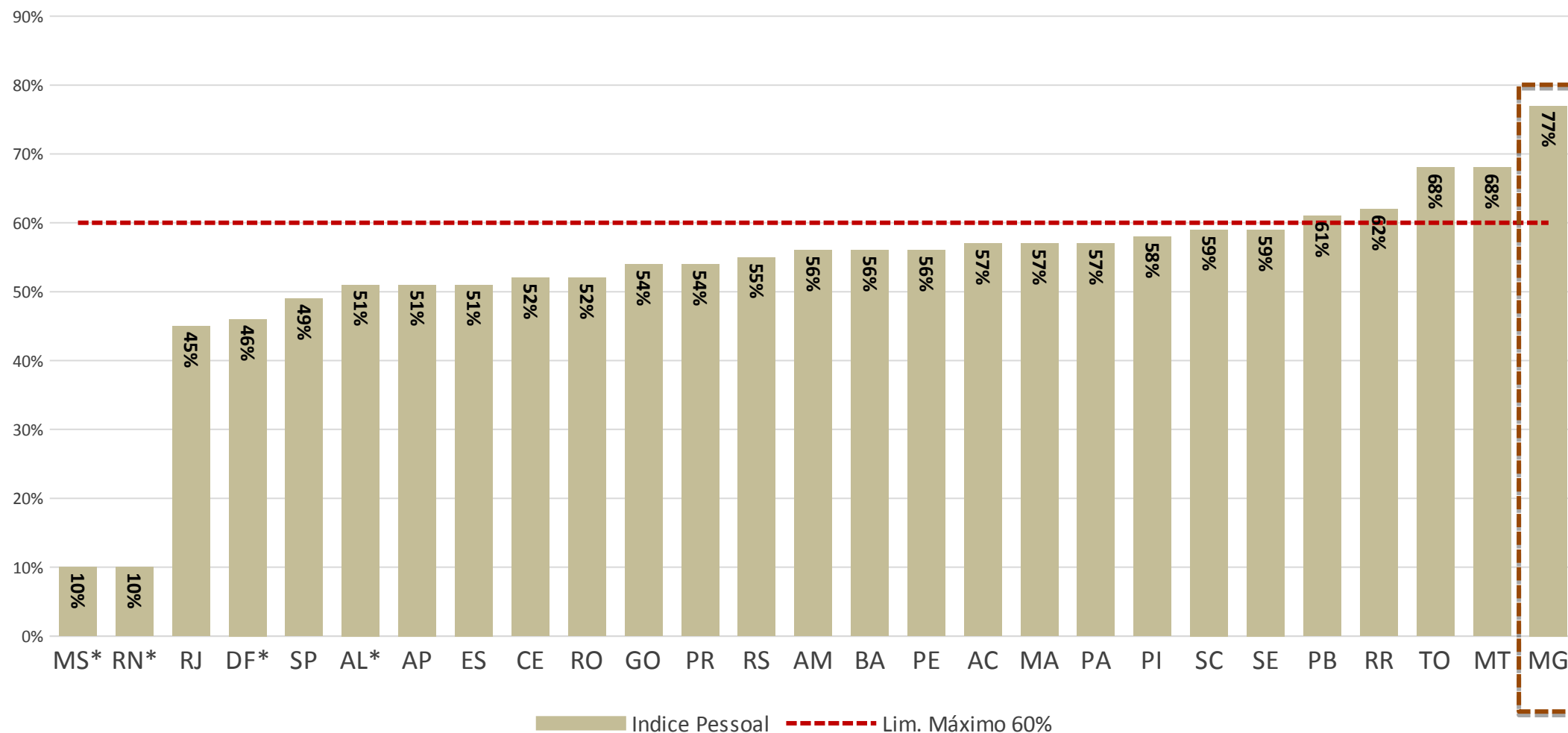


¹ Até 31/12/2017 Governo de MG seguiu a IN TCE/MG nº 5/2001 que excluía despesas com inativos e pensionistas do cálculo do limite da LRF. Em novo entendimento, o TCE/MG revogou em fev/18 essa IN a partir do exercício de 2019.

Dados do 1º quadrimestre de 2019 refletem período de 12 meses (maio/18 – abr/19).

LIMITES LRF – PESSOAL

COMPARATIVO ESTADOS 2018¹

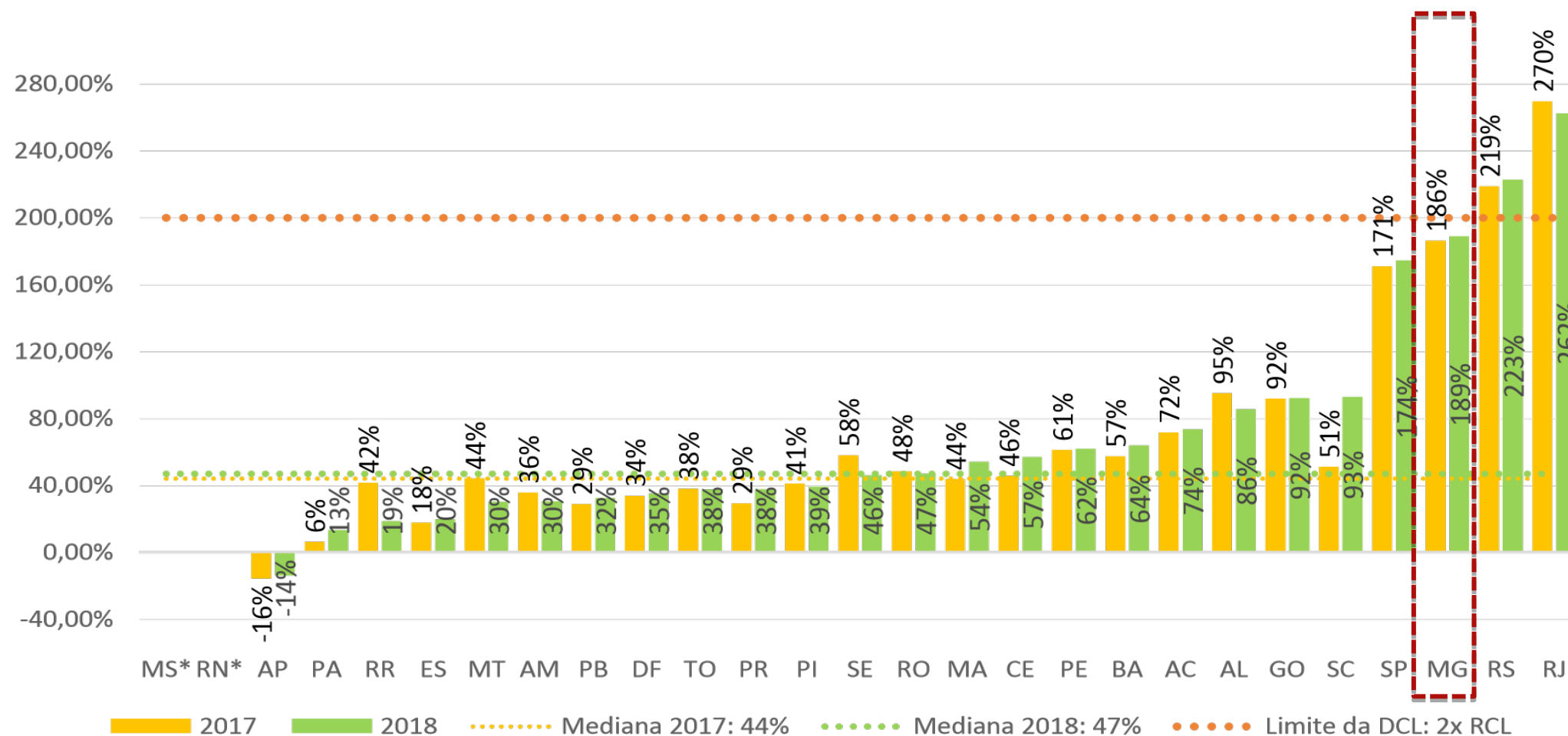


¹ Fonte: RGF em Foco – Estados + DF. 3º Quadrimestre de 2018 – Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Economia

* Estados que não possuem os dados completos de todos os poderes.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL / RCL

COMPARATIVO ESTADOS - 2018¹



¹ Fonte: RGF em Foco – Estados + DF. 3º Quadrimestre de 2018 – Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Economia

* Estados que não possuem os dados completos de todos os poderes.

PRINCIPAIS AÇÕES - 2019

AÇÕES TESOURO ESTADUAL

- Acordo com AMM com normalização dos repasses a partir de 30/jan/19;
 - ✓ Repasses atrasados serão pagos parceladamente a partir de 2020 - R\$ 7,0 bilhões;
- Plano de Pagamento de Precatórios
- Regularização dos Tributos Federais
- Regularização das Consignações da Folha de Pagamentos
- Normalização dos repasses mensais para IPSM e IPSEMG
- Cota Mensal de custeio para órgãos
- Divulgação antecipada do calendário de pagamento dos servidores
- Pagamento do 13º salário de 2018

AÇÕES RECEITA ESTADUAL

SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

Decreto NE nº 181 / 2019 – Instituiu 2 grupos de trabalho com a finalidade de promover estudos e sugerir medidas:

1. GT de Obrigações acessórias

- Simplificação das obrigações tributárias acessórias de tributos de competência do Estado para eliminação de múltiplas exigências de mesma natureza
 - Informatização e automação dos instrumentos para cumprimento de obrigações tributárias acessórias
- ✓ Composto por servidores da SEF e representantes de entidades representativas da indústria e comércio
 - ✓ Produto desse trabalho já levantou mais de duzentas iniciativas
 - ✓ Cronograma prevê publicação de atos normativos do Poder Executivo até novembro de 2019

1. GT de Processos internos

- Informatização e automação dos processos internos da SER/SEF
- ✓ Composto por servidores da SEF
 - ✓ Cronograma prevê publicação de atos normativos do Poder Executivo até novembro de 2019

Novas malhas de fiscalização

- Com o objetivo não só de recolher tributos mas de manter um ambiente de justiça fiscal e evitar a predação do mercado por empresas que não recolhem seus impostos.

Iniciativas de conformidade tributária

- Autoregularização da situação fiscal pelo próprio contribuinte pela internet sem ir a qualquer delegacia fiscal (Fase I implementada em 2018) – Ampliação das malhas tributárias prevista para 2019 - Fase II.

Controle permanente dos níveis de inadimplência e de receita corrente

- A superintendência de crédito e cobrança criou índices como: omissos de recolhimento, adimplência dos parcelamentos, crédito solucionado administrativamente e outros que qualificam o esforço de cobrança do crédito tributário.
- Estabelecimento de metas para os índices criados com monitoramento constante.

Acompanhamentos dos contribuintes com Tratamento Tributário Setorial (TTS)

- Monitoramento permanente das empresas que possuem qualquer tipo de incentivo tributário.



Correção de
eventuais desvios¹⁹

Novo modelo eletrônico de declaração, apuração e recolhimento do Imposto sobre Causa Mortis e Doação (ITCD)

- O novo sistema aceita todos os valores informados pelo contribuinte e o FISCO apenas informa, quando diverge de certos valores, que eles poderão ser cobrados posteriormente.

Maior agilidade no
processo de doação

Divisa Segura

- Novo paradigma de controle das fronteiras de Minas Gerais através de controle eletrônico dos veículos. Monitoramento através da captura de dados por câmeras (OCR), espalhadas pelo território mineiro em pontos selecionados. Ação fiscal direcionada aos contribuintes sonegadores.

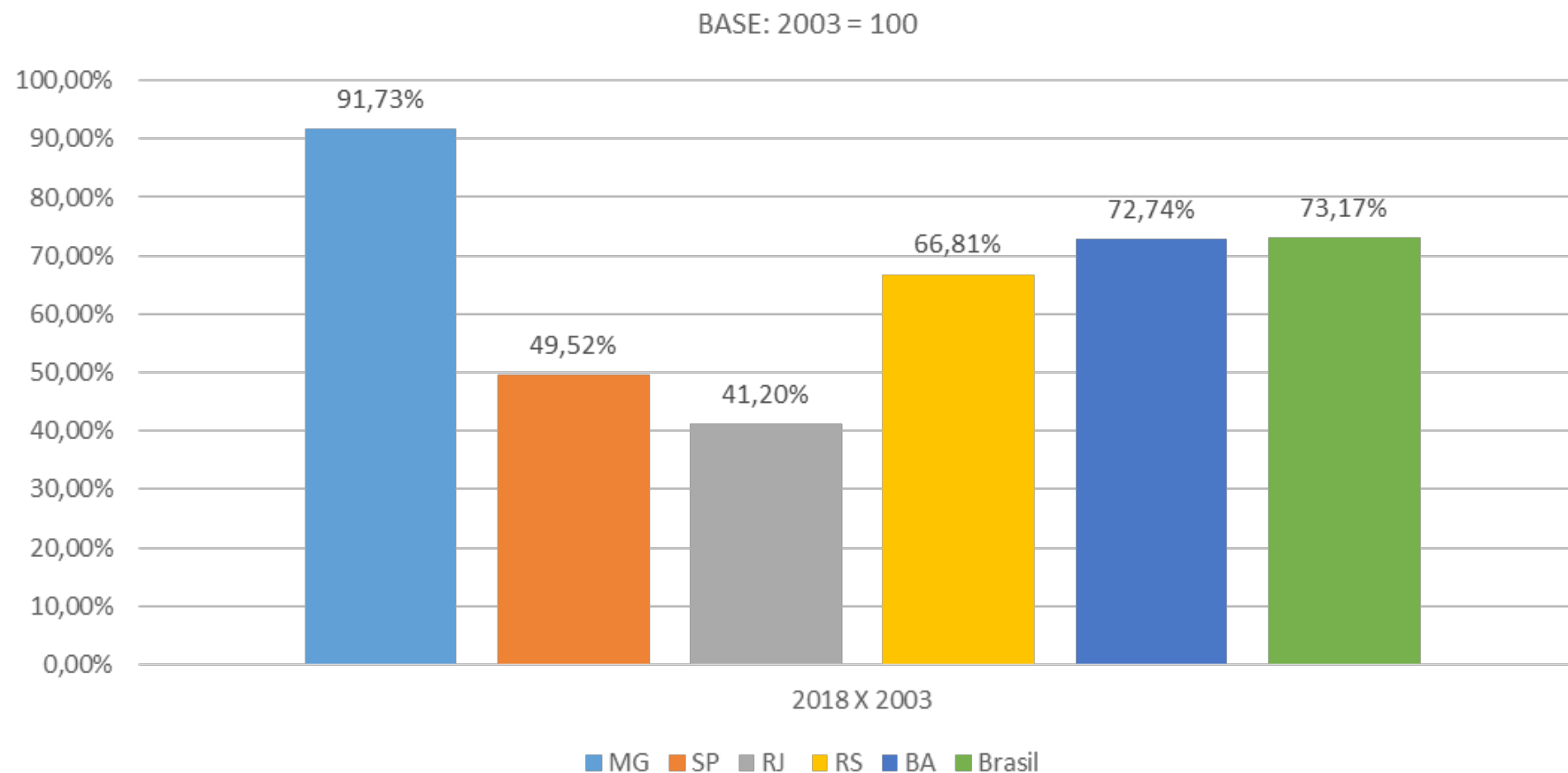
Implementação da Nota Fiscal Eletrônica até fevereiro/2020

- Minas Gerais é o último Estado a implementar a Nota Fiscal Eletrônica do Consumidor substituindo as máquinas de emissão de cupom fiscal que são mais caras de adquirir e de manter.
- Com essa massa de notas o Estado poderá lançar o projeto da Nota Fiscal Mineira.

Aumento na arrecadação +
Melhora na fiscalização

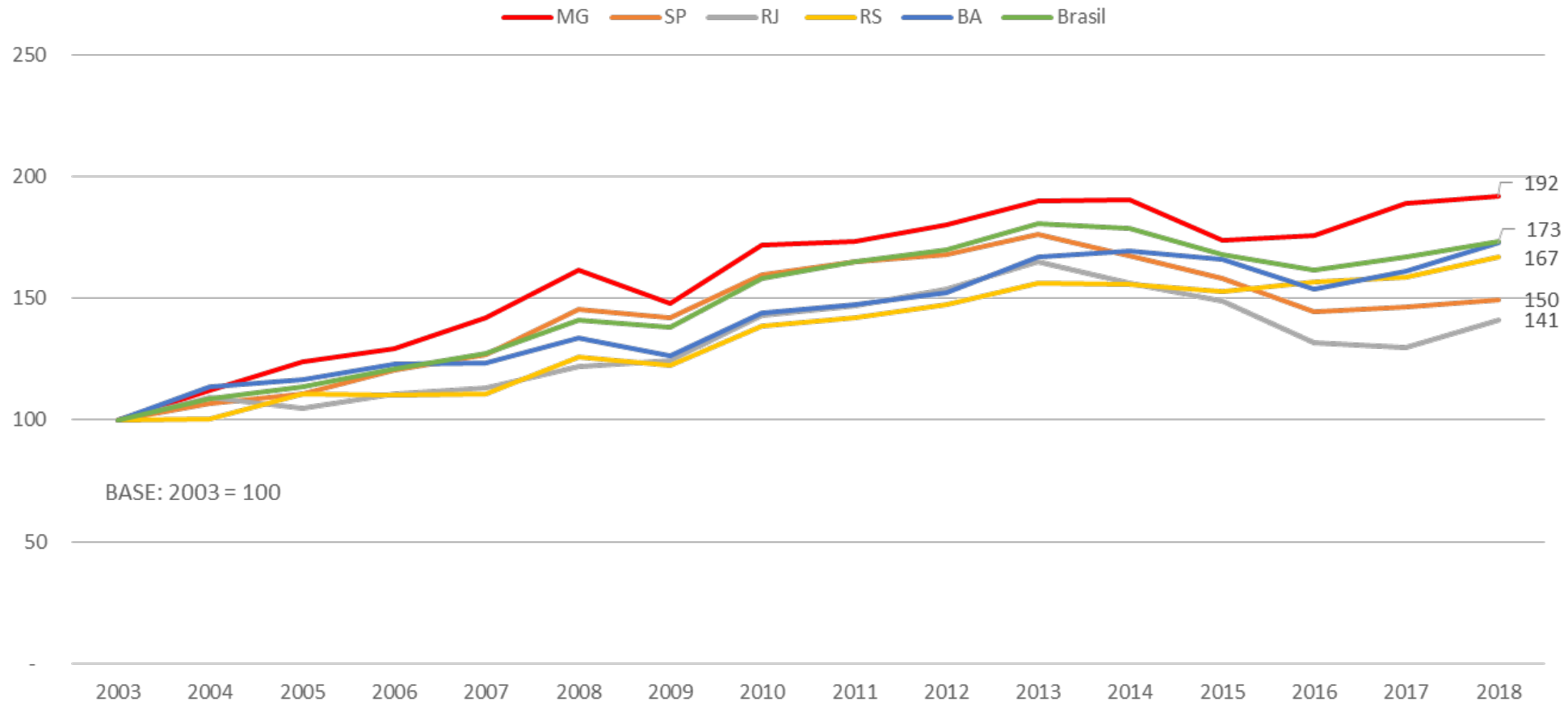
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS

2003-2018 – Comparativo Estados



EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS

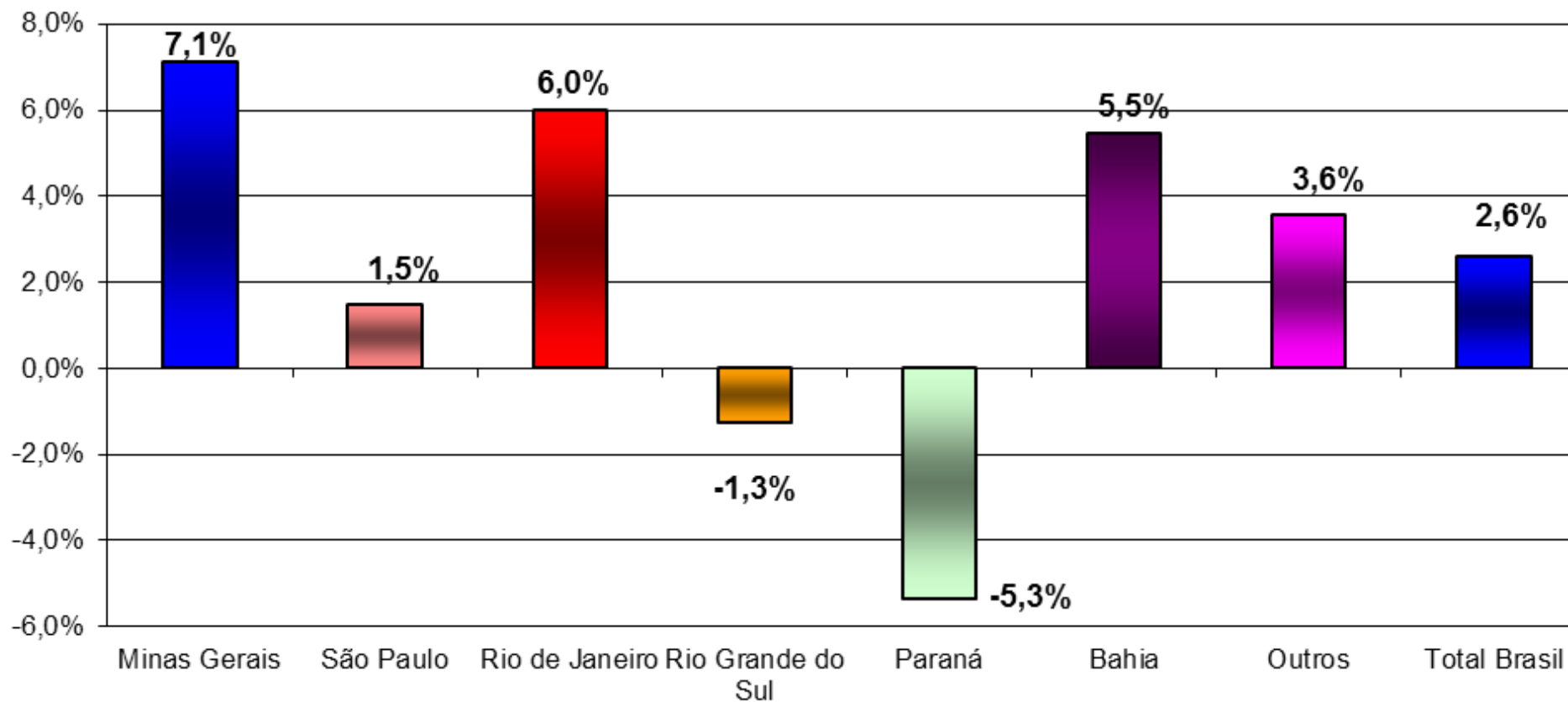
2003-2018 – Comparativo Estados



EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS

2019 – Crescimento REAL vs 2018

CRESCIMENTO REAL RECEITA ICMS DOS ESTADOS - JAN a MAR - 2019/2018



OBRIGADO

**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.